

Açores perderam mais de 10 mil pessoas na última década

Os Açores perderam 10.359 habitantes na última década, uma descida de 4,2%, segundo os resultados definitivos dos Censos 2021, revelados ontem pelo INE.

Neste momento os Açores têm 236.413 habitantes, sendo 120.933 mulheres e 115.480 homens.

Das 7 grandes regiões do país, os Açores figuram em quarto lugar na perda de população e muito acima da média do país, que foi de -2,1%.

Há duas boas notícias no meio de muitas preocupantes: os Açores mantêm o índice de envelhecimento mais baixo, a seguir a Lisboa, e a taxa de analfabetismo baixou para 3,1% (em 2011 era de 4,7%).

Índice de envelhecimento

O aumento do índice de envelhecimento é comum a todas as NUTS II, com as regiões do Centro e do Alentejo a apresentarem os valores mais elevados, com 229 e 219 idosos por cada 100 jovens, respectivamente. No extremo oposto, a Região Autónoma dos Açores, a Área Metropolitana de Lisboa e a Região Autónoma da Madeira, têm os índices mais baixos, com 113, 151 e 157 idosos por cada 100 jovens.

Decresceu o rejuvenescimento

O decréscimo do índice de rejuvenescimento foi comum a todas as regiões NUTS II. Enquanto em 2011 ainda existiam duas regiões (Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) com valores acima de 100 e que, como tal, asseguravam a renovação da população em idade activa, esta situação deixou de se verificar em 2021, com todas as regiões a não assegurarem o rejuvenescimento da população activa. O Alentejo (66) e o Centro (67) registavam os valores mais baixos, enquanto a Área Metropolitana de Lisboa (91) registava o valor mais

População residente, por sexo, NUTS II, 2011-2021
Unidade: Número
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.

NUTS II	População residente						Variação 2011-2021	
	2011			2021			HM	%
	HM	H	M	HM	H	M		
Portugal	10 562 178	5 046 600	5 515 578	10 343 066	4 920 220	5 422 846	-219 112	-2,1
Norte	3 689 682	1 766 260	1 923 422	3 586 586	1 707 820	1 878 766	-103 096	-2,8
Centro	2 327 755	1 111 263	1 216 492	2 227 239	1 060 611	1 166 628	-100 516	-4,3
AM Lisboa	2 821 876	1 334 605	1 487 271	2 870 208	1 350 446	1 519 762	48 332	1,7
Alentejo	757 302	366 739	390 563	704 533	341 403	363 130	-52 769	-7,0
Algarve	451 006	219 931	231 075	467 343	226 775	240 568	16 337	3,6
RA Açores	246 772	121 534	125 238	236 413	115 480	120 933	-10 359	-4,2
RA Madeira	267 785	126 268	141 517	250 744	117 685	133 059	-17 041	-6,4

elevado.

Idade activa

Na última década, o índice de sustentabilidade potencial (número de indivíduos em idade activa por 100 idosos) sofreu um recuo, descendo de 347 para 272. Todas as regiões NUTS II partilham deste comportamento de descida do índice de sustentabilidade potencial, mas é nas Regiões do Alentejo e do Centro que este índice assume os valores mais baixos, situando-se nos 224 e 226 respectivamente, no ano de 2021. Em contrapartida, o índice de sustentabilidade potencial, assume o valor mais elevado na Região Autónoma dos Açores (416) e na Região Autónoma da Madeira (337).

União de facto aumenta

Em 2021, a percentagem da população em união de facto é de 11,2%, valor que em 2011 se situava nos 8,1%. A taxa de crescimento entre 2011 e 2021 foi superior à média nacional nas regiões Norte, Centro, Alentejo e RA Açores, enquanto que nas restantes regiões a taxa de crescimento foi inferior à média nacional.

Menos estrangeiros

A Região da Área Metropolitana de Lisboa acolhia 46,9% do total de estrangeiros residentes em Portugal, situando-se no extremo oposto a Região Autónoma dos Açores, com 0,6% do total.

Local de residência

As regiões com maior mobilidade são a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve, com 15,4% e 15,3%, respectivamente. No pólo oposto estão a Região Autónoma da Madeira e o Norte, nas quais a percentagem de população que mudou de residência face 31 de Dezembro de 2019 é 12,4% e 12,6%. Na última década, observou-se uma tendência crescente na mobilidade territorial em todo o território, com excepção da Região Autónoma dos Açores, onde a proporção de população que alterou o seu local de residência se reduziu face a 2011.

Ensino secundário

Em 2021, Portugal tinha 3 970 230 indivíduos com mais de 18 anos que completaram pelo me-

nos o ensino secundário ou pós-secundário, o que representa 45,6% da população nessa faixa etária. A Área Metropolitana de Lisboa é a região onde este valor é mais expressivo (56,1%), registando o município de Oeiras o valor mais elevado (66,4%) do país. A Região Autónoma dos Açores e o Alentejo, com valores de 37,8% e 39,8%, são as regiões onde esta proporção é mais baixa

Taxa de analfabetismo

A taxa de analfabetismo registada pelos Censos 2021 foi de 3,1%, correspondente a 292 809 indivíduos com 10 ou mais anos que não sabem ler nem escrever. Face a 2011, verifica-se um decréscimo de 2,1 p.p., ano em que este indicador se situava nos 5,2%. Nos Açores é de 3,1%

Taxa de actividade

De acordo com os Censos 2021, a taxa de actividade em Portugal era de 46,6%, valor ligeiramente inferior ao verificado em 2011 (47,6%). Por NUTS II, destaca-se a Área Metropolitana de Lisboa, onde se regista a taxa de c mais elevada (48,0%), seguida da Região Autónoma dos Açores (47,9%). A região do Alentejo (44,6%) e o Centro (44,7%) observaram as taxas de actividade mais baixas.

Taxa de emprego

A taxa de emprego da população com 15 ou mais anos revelada pelos dados dos Censos 2021 para o território nacional era de 49,1%. Em 2011, esse valor era de 48,5%. Em termos de distribuição geográfica, é na faixa litoral do continente e na Região Autónoma dos Açores que se registam os valores mais elevados da taxa de emprego.

Comissão estuda transporte de carga na Região

O Governo dos Açores criou uma comissão para avaliar o transporte aéreo de carga na Região e a necessidade de recurso a um cargueiro aéreo, segundo um despacho publicado em Jornal Oficial.

“Para além da necessária articulação e potenciação dos recursos existentes, deve ser ponderada a solução de um cargueiro aéreo”, lê-se no despacho assinado pelo Vice-presidente do Governo Regional, Artur Lima, pelo Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, e pela Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral.

A comissão de projecto tem três meses para avaliar “as condições em que o transporte aéreo de produtos frescos perecíveis é efectuado dentro da Região Autónoma dos Açores” e a “necessidade de recorrer a um cargueiro aéreo, sem descurar a vertente económico-financeira”.

Deverá “efectuar o levantamento do número de frequências e de capacidade de carga oferecida e efectivamente transportada, quer pela concessionária do transporte aéreo interilhas, quer pelas companhias áreas que efectuam o transporte para o exterior da Região, designadamente, para o continente português”.

A comissão vai ainda “proceder à auscultação das principais entidades representativas dos vários sectores económicos envolvidos na importação e exportação de carga aérea” e “efectuar ‘benchmark’ dos diferentes tarifários aplicáveis à carga aérea”.

O Executivo açoriano justifica o estudo com a necessidade de “implementar um sistema eficaz de transporte aéreo do pescado que o faça chegar rapidamente aos mercados relevantes, a custos competitivos, e com a “primordial importância” da “promoção e valorização junto do mercado nacional e europeu” de outros produtos frescos perecíveis, como carne, frutas e flores.

O despacho refere também as “graves distorções nos mercados piscícolas, agrícolas e agroalimentares” e a “escalada de preços da energia, das rações, dos fertilizantes e de outras matérias-primas essenciais à actividade económica”, provocadas pela guerra na Ucrânia.

A comissão de projecto integra o Director Regional da Mobilidade, Rui Coutinho, bem como o adjunto do Vice-presidente do Governo Regional Emanuel Sousa, o adjunto do Secretário Regional das Finanças Bernardo Oliveira e o representante da SATA Air Açores (companhia que assegura as ligações aéreas inter-ilhas), Tibério Almeida.